



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Prefácio

Adriano Correia Silva

Como citar: SILVA, A. C. Prefácio. *In:* PEREIRA, R. O. **Eichmann e a incapacidade de pensar: alienação do mundo e do pensamento em Hannah Arendt.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 13-20.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-065-5.p13-20>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PREFÁCIO

Se considerarmos a função desempenhada por Otto Adolf Eichmann no comando do Departamento IV-B4, que, apesar de não muito evidenciado no organograma da Gestapo, era o responsável pelos assuntos judaicos, não deixará de nos surpreender o fato de ele ser mencionado apenas uma vez em *Origens do totalitarismo*, justamente quando Hannah Arendt está a examinar a amorfia planejada do regime nazista, promovida por deslocamentos constantes dos centros de poder e pela criação de estruturas de fachada que ocultavam o verdadeiro centro do poder – no caso específico da questão judaica, precisamente o Departamento de Assuntos Judaicos da Gestapo. Apesar de sugerir que “o verdadeiro centro da autoridade” (ARENDDT, 2004, p. 452) na questão judaica era o departamento IV-B4, e a despeito da centralidade dos temas do antissemitismo e da Solução Final para sua análise do regime totalitário, Arendt não volta a mencionar Eichmann, mesmo na terceira edição revista, publicada após a polêmica desencadeada por *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1963).

Em uma carta a sua amiga Mary McCarthy em meados de 1960, quando estava “tentada” ou “brincando com a ideia” de conseguir que alguma revista a enviasse para cobrir o julgamento de Eichmann em Jerusalém, Arendt chegou a afirmar que Eichmann “era um dos mais inteligentes do bando” (ARENDDT; McCARTHY, 1995, p. 100). Ao acompanhar o julgamento e também ao ter acesso aos depoimentos concedidos antes por

Eichmann, Arendt, como muitos outros que acompanharam o julgamento (CESARANI, 2007, p. 256-257), ficou impressionada com a normalidade e mesmo a trivialidade do réu. Embora certamente fosse incompatível com suas próprias análises desde *Origens do totalitarismo* que ela esperasse encontrar um monstro, deparou-se com alguém que dificilmente poderia ser tomado por um dos “mais inteligentes do bando”.

Em *Eichmann em Jerusalém* (1963), ela observa que “apesar de todos os esforços da promotoria, todo mundo percebia que esse homem não era um ‘monstro’, mas era difícil não desconfiar que fosse um palhaço” (ARENDDT, 1999, p. 67). No posfácio adicionado à segunda edição de *Eichmann em Jerusalém*, de 1964, quando já tem em consideração a ampla repercussão negativa do livro, Arendt dedica-se a desenvolver com mais vagar e precisão, dentre outros temas, sua compreensão da expressão “banalidade do mal” e observa o seguinte: Eichmann “não era burro. Foi pura irreflexão (*thoughtlessness*) [...] que o predispôs a se tornar um dos grandes criminosos desta época” (ARENDDT, 1999, p. 311). Por fim, em uma entrevista a Joachim Fest, também de 1964, reitera que Eichmann era muito inteligente, mas de uma “estupidez ultrajante” (ARENDDT; FEST, 2011, p. 43-44), que se traduziria na “incapacidade de pensar, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa” (ARENDDT, 1999, p. 62).

Arendt conta então a Fest uma estória relatada por Ernst Jünger em seus diários. Ele teria encontrado agricultores alemães na Pomerânia e um deles, ao contar que recebeu um prisioneiro de guerra russo vindo direto do campo de concentração, observa: “são subumanos... parecem gado! É fácil perceber: eles comem a comida dos porcos”. E Arendt conclui: “o homem não percebe que isto é o que fazem pessoas esfomeadas, que qualquer um faria a mesma coisa. Mas há algo realmente ultrajante nessa estupidez” (ARENDDT; FEST, 2011, p. 43, tradução nossa).

Mas essa estupidez, a falta de imaginação para figurar ou representar o ponto de vista de outra pessoa, é apenas um dos traços do caráter de Eichmann – embora, talvez, o mais decisivo do ponto de vista moral e político. Com uma fala permeada por clichês, autovangloriador e ao mesmo tempo esquecido, carreirista adeso e subserviente, vagamente conhecedor do programa do partido nazista, cadavericamente obediente, “idealista” ideologicamente pouco articulado que dizia nada ter contra os

judeus, Eichmann era alguém normal que em tempos normais dificilmente teria chamado a atenção ou se tornado um criminoso: “o problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista de nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas” (ARENDR, 1999, p. 299), pois indicava o surgimento de um novo tipo de criminoso, incapaz de avaliar a desproporção entre o que aspiravam e a magnitude da devastação que ajudavam a promover para atingir seus objetivos.

Em *Origens do totalitarismo*, Arendt identifica vários personagens que para ela eram típicos e dotados de validade exemplar. Eles ajudavam a compreender o fenômeno totalitário, tanto por seu entusiasmo ideológico ou oportunista quanto por sua eventual disposição para se ajustar a qualquer contexto a qualquer custo. Já no volume sobre o antissemitismo, Arendt destaca o membro da ralé, caricatura do povo constituída por resíduos de todas as classes que, por odiar “a sociedade da qual é excluída” e “o parlamento onde não é representada” (ARENDR, 2004, p. 129), quando se envolve em política, geralmente em períodos de crise aguda, aspiram pelo homem forte, pelas consultas plebiscitárias e pela ação extraparlamentar. Justamente por não jogar o jogo político da democracia burguesa, do qual é expelido, tende a identificar as verdadeiras forças políticas “naqueles movimentos e influências que os olhos não veem e que atuam nos bastidores” (ARENDR, 2004, p. 130) – os judeus, os maçons, os jesuítas etc.

Arendt chama a atenção desde o início para os donos do capital supérfluo, parasita improdutivo em sua própria nação, primeiro seguimento da classe burguesa “a desejar lucros sem exercer qualquer função social verdadeira – mesmo que se tratasse da função de um produtor que explorasse os outros” (ARENDR, 2004, p. 179), que daria início à era imperialista aliando seu capital supérfluo aos aventureiros e à escória que constituíam a ralé – na África do Sul “estabeleceram, juntos, o primeiro paraíso de parasitas, cujo sangue vital era o ouro” (ARENDR, 2004, p. 181). Instrumentalizaram as instituições nacionais para garantir seus investimentos e inseriram no cenário da política mundial a perspectiva de uma expansão ilimitada a garantir uma acumulação

ilimitada, em um contexto em que a política não passa de polícia e o poder é simplesmente violência.¹

Já no começo da terceira parte de *Origens do totalitarismo*, no capítulo intitulado “A sociedade sem classes”, Arendt retoma sua caracterização do tipo burguês e o situa no contexto do movimento e do regime totalitários. A inicial apatia burguesa, engendrada por sua sociedade competitiva de consumo, e a subsequente exigência de direção monopolística e ditatorial do poder político, “arraigava-se em um modo e uma filosofia de vida tão insistente e incisivamente centrada no sucesso ou no fracasso do indivíduo em implacável competição que os deveres e responsabilidades do cidadão podiam ser percebidos apenas como gasto desnecessário do seu tempo e da sua energia limitados” (ARENDR, 2004, p. 363). Não obstante, ainda que as atitudes burguesas afinassem com a ditadura do “homem forte”, principalmente sua hostilidade em relação às instituições políticas e em relação à vida pública revelava também um profundo individualismo, partilhado pela ralé, que, mesmo fragilizando a vida política, não era tolerado pelos movimentos e pelo regime totalitário, o que não tardou a ficar claro para a burguesia sob Hitler.

Enquanto a ralé era forjada por resíduos desajustados de todas as classes, as massas se constituem a partir do colapso do sistema de classes e dos fragmentos desamparados da sociedade atomizada, amalgamando seus membros insatisfeitos e desesperados, provenientes também de todas as classes, em uma unidade anônima de indivíduos isolados sem interesse comum. Em vez do individualismo competitivo que o membro da ralé compartilhava com a burguesia, com as massas “a abnegação, no sentido de não se importar consigo mesmo, o sentimento de ser dispensável, não era mais a expressão do idealismo individual, mas um fenômeno de massa” (ARENDR, 2004, p. 365), consoante “um tipo de mentalidade que, como Cecil Rhodes quarenta anos antes, raciocinava em termos de continentes

¹ Para Arendt, Hobbes foi o verdadeiro filósofo da burguesia, não apenas por ter concebido a sociedade política como um agregado de indivíduos amedrontados que não formam comunidade e a política mesma como um meio para obter segurança privada com o custo de um medo pervasivo e da total privação da liberdade política. Ele ainda teria traçado o perfil psicológico do homem burguês: “previu como necessária a idolatria do poder por esse novo tipo humano e que ele se sentiria lisonjeado ao ser chamado de animal sedento de poder, embora na verdade a sociedade o forçasse a renunciar a todas as suas forças naturais, suas virtudes e seus vícios, e fizesse dele o pobre sujeitinho manso que não tem sequer o direito de se erguer contra a tirania e que, longe de lutar pelo poder, submete-se a qualquer governo existente e não mexe um dedo nem mesmo quando o seu melhor amigo cai como vítima inocente de uma *raison d'état* incompreensível” (ARENDR, 2004, p. 175-176).

e sentia em termos de séculos” (ARENDDT, 2004, p. 366). Foram esses indivíduos que Heinrich Himmler se pôs a organizar.

Himmler, ao contrário da maioria dos outros líderes do movimento e do regime, não provinha da ralé, mas era antes de tudo um filisteu, “um burguês isolado da própria classe”. Ele era

[...] “mais normal”, isto é, mais filisteu do que qualquer outro dos primeiros líderes do movimento nazista. Não era um boêmio como Goebbels, nem criminoso sexual como Streicher, nem louco como Rosenberg, nem fanático como Hitler, nem aventureiro como Göring. Demonstrou sua suprema capacidade de organizar as massas sob o domínio total ao pressupor que a maioria das pessoas não é constituída de boêmios, fanáticos, aventureiros, maníacos sexuais, loucos nem socialmente fracassados, mas, acima e antes de tudo, de empregados e bons pais de família (ARENDDT, 2004, p. 388).

O pai de família é o melancólico símbolo das multidões desesperadas e isoladas que se ajustaram ao regime. Arendt chega a afirmar que ele foi “o grande criminoso do século” (ARENDDT, 2008, p. 157) _ o alemão médio que a furiosa propaganda antissemita não conseguiu fazer com que agredisse um judeu sequer passou a servir servilmente à máquina de destruição, com a condição de que não fosse responsabilizado por seus atos. Para Arendt, “ficou evidente que esse tipo de homem, para defender sua aposentadoria, o seguro de vida, a segurança da esposa e dos filhos, se disporia a sacrificar suas convicções, sua honra e sua dignidade humana” (ARENDDT, 2008, p. 157). Filisteus isolados em suas vidas privadas, obstinados com cuidar da sua segurança e dos seus, convictos da importância suprema do interesse privado, viram sua moralidade pessoal destruída sem maior dificuldade.

Pai de família, filisteu, fanático, aventureiro, boêmio armado, maníaco, criminoso sexual, aventureiro, membro da ralé, homem de massa e burguês acabaram por ser caracterizações relevantes para a compreensão do fenômeno totalitário. Não parece haver um tipo único no qual Eichmann pudesse ser acomodado à vontade, mas certamente, como bem observa Renato de Oliveira Pereira, a imagem do filisteu certamente é a que mais o acolhe, como “burguês” e pai de família.

Este livro preciso e bem escrito aposta em uma hipótese que se revelou ricamente promissora: parece haver uma conexão entre a experiência da solidão típica das sociedades de massa e a capacidade de pensar; e parece haver uma conexão entre a irreflexão ou ausência de pensamento e a condição da multidão de solitários aglomerados pelo terror e mobilizados pela ideologia – compreendida não como um conjunto complexo de princípios sistematicamente articulados, mas como a “lógica de uma ideia” na qual os indivíduos são mobilizados antes pelo movimento implacável da dedução que por qualquer conteúdo que a comporte, mesmo que seja a ideia de raça. O recurso ao texto “Ideologia e terror” por Renato de Oliveira Pereira se mostrou altamente promissor precisamente por isto. Com efeito,

[...] o que as massas se recusam a compreender é a fortuidade que permeia a realidade. Predispõem-se a todas as ideologias porque explicam os fatos como simples exemplos de leis e eliminam as coincidências inventando uma onipotência que a tudo atinge e que supostamente está na origem de todo acaso. A propaganda totalitária prospera nessa fuga da realidade para a ficção, da coincidência para a consistência (ARENDDT, 2004, p. 401).

Como é bem destacado no segundo capítulo deste livro, o súdito ideal da dominação totalitária é aquele para quem o conteúdo ideológico do regime não tem qualquer relevância frente ao caráter axiomático da dedução ideológica. A lealdade total e irrestrita exigida dos membros do partido só pode ser esperada de indivíduos atomizados cuja vida só encontra sentido no movimento, no partido ou no regime. Com efeito, “a lealdade total só é possível quando a fidelidade é esvaziada de todo o seu conteúdo concreto, do qual mudanças de opinião poderiam naturalmente surgir” (ARENDDT, 2004, p. 373).

Um dos traços mais decisivos da autocompreensão de Eichmann era sua identificação como um “idealista”, o que o distancia notavelmente de uma assimilação sem mais à figura do filisteu, que de resto é a que mais bem lhe cabe. Para ele, “um ‘idealista’ era um homem que vivia para a sua ideia – portanto não podia ser um homem de negócios – e que por essa ideia estaria disposto a sacrificar tudo e, principalmente, todos” (ARENDDT, 1999, p. 54). Trata-se de alguém que jamais permitiria que seus afetos

atrapalhassem a execução de sua “ideia”. Sua “obediência cadavérica”, da qual tanto se orgulhava, confere um aspecto bizarro a seu caráter e faz com que permaneça, como bem observa Renato de Oliveira Pereira em suas considerações finais, um desafio para o pensamento, enfrentado de modo inspirador neste livro.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ARENDDT, Hannah. “Culpa organizada e responsabilidade universal”. In: **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo. Org. Jerome Kohn; trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- ARENDDT, Hannah; FEST, Joachim. **Eichmann war von empörender Dummheit**: Gespräche und Briefe. Munique: Piper, 2011.
- ARENDDT, Hannah; MCCARTHY, Mary. **Entre amigas**: a correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy. Org. e int. Carol Brightman. Trad. Sieni Maria Campos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- CESARANI, David. **Becoming Eichmann**: rethinking the life, crimes, and trial of a “desk murderer”. Cambridge: Da Capo Press, 2007.

Adriano Correia Silva
Universidade Federal de Goiás e CNPq

